

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT09 Pensamento Social no Brasil

**Crítica e negatividade: Roberto Schwarz e
os impasses do pensamento social
brasileiro**

Fabio Mascaro Querido

Departamento de Sociologia - UNICAMP

Junho de 2017

Apresentação

Sociólogo de formação e crítico literário por opção, Roberto Schwarz é um intelectual singular. Interpretando o país pelo ângulo revelador proporcionado pela literatura, Schwarz foi figura pioneira na crítica à aposta na modernização como a via para a resolução da questão nacional. Através da análise de Machado de Assis, assim como de outras expressões decisivas da cultura brasileira, Schwarz apreendeu a especificidade nacional em chave “negativa”, antes como problema a ser decifrado do que como horizonte “positivo”. Se, por certo, as premissas sociológicas e metodológicas de tal perspectiva podem ser encontradas na obra daqueles que inspiraram a sua reflexão – tais quais, além de Antonio Candido e dos autores oriundos do chamado Seminário d’ *O Capital*, os intelectuais da tradição “marxista-ocidental”: Lukács, Benjamin, Adorno e Brecht -, não menos verdadeiro é o fato de que Schwarz as alçou a um novo patamar crítico, na direção de uma (re)interpretação do Brasil que, embora tributária de avanços que a precedem, sobressai-se pela especificidade com que arremata a oposição à lógica da modernização como a via para a superação do “atraso”, oposição que ganhou em seus escritos mais recentes uma carga ainda mais “negativa”, em consequência dos impasses vividos pela “modernidade à brasileira” contemporânea.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho – parte de uma pesquisa mais ampla sobre a obra e a trajetória intelectual de Roberto Schwarz - é analisar a forma como tal reflexão crítica sobre os impasses do processo de formação nacional se apresenta nos ensaios mais recentes do crítico austro-brasileiro, redigidos a partir da virada para os anos 1990, ou seja, após a publicação de *Um mestre na periferia do capitalismo* (Cf. Schwarz, 2000), ensaios que retomam o legado negativo-machadiano, por assim dizer, mas agora num contexto marcado pelo que ele entenderia – na linha de Robert Kurz – como “colapso” das estratégias terceiro-mundistas de modernização. Buscar-se-á analisar em particular o modo como, nesses ensaios – que inspiraram alguns dos membros do Cenedic-USP, notadamente Francisco de Oliveira -, Schwarz reinterpreta os dilemas do pensamento e das “ciências” sociais brasileiras do passado, censurando-as, mesmo nas vertentes tidas por ele como as mais avançadas (tal qual aquela oriunda do *Seminário d’O Capital*, p.ex.), pelo apego a uma visão

“positiva” da questão nacional, na qual os países do centro do sistema seriam tomados como parâmetro a ser alcançado.

Intermitências do “fim de século”

Se, desde pelo menos meados dos anos 1970, após a experiência da ditadura reacionária, *mas* economicamente modernizadora, Roberto Schwarz jamais acalentou grandes ilusões nas apostas na modernização como eixo do processo de superação do atraso e/ou do subdesenvolvimento, tal perspectiva ganhou contornos ainda mais “negativos”, em sentido adorniano, a partir da virada para os anos 1990. Desde então, mantendo a mesma hipótese sobre Machado de Assis como uma espécie de parâmetro heurístico para a análise das singularidades do processo de formação do país, Schwarz radicalizou a dimensão crítico-negativa do seu diagnóstico da modernidade à brasileira, num contexto marcado, a nível nacional, pelo desfecho decididamente conservador do processo de Abertura democrática – desfecho confirmado com a derrota de Lula em 1989 -, e, no plano internacional, pelo refluxo da esquerda política e intelectual, duramente atingidas que foram, mesmo nas suas vertentes oposicionistas, pela desagregação do “socialismo” burocrático da URSS e dos países do leste europeu. Aposentado do *Instituto de Estudos da Linguagem* da Unicamp, onde lecionou de 1978 a 1992, mais uma vez por força da vontade de Candido, um dos criadores do IEL, Schwarz dedicou-se entre outras coisas, como se vê em pequenos ensaios da década, a fazer o balanço de um “fim de século” que se anunciava nebuloso.

Marcado pela generalização das experiências neoliberais já postas em marcha na Inglaterra, nos EUA ou no Chile, por exemplo, experiências ideologicamente sentenciadas com a imposição do *pensamento único* decorrente do “Consenso de Washington” (1989), a década de 1990 se inicia exatamente sob a presidência de Fernando Collor, eleito em 1989 com forte apoio do grande capital e dos meios de comunicação de massa, temerosos em relação à possibilidade de vitória de Lula. Nesse contexto, a queda de Collor em outubro de 1992 não implicou na reversão do rumo iniciado; antes, sob a presidência de Itamar Franco, foram criados os alicerces que tornaram possível

a ascensão de uma coalizão política capaz de levar a cabo o processo de inserção do Brasil no âmbito da globalização neoliberal. Eleito em 1994 ainda no primeiro turno, com 54% dos votos válidos (contra 27% de Lula), à frente de uma coalizão com partidos do centro (PTB) e da direita (PFL), e respaldado pelo controle da inflação resultante do Plano Real, caberia a Fernando Henrique Cardoso tocar o programa neoliberal, diante do qual não haveria nenhuma outra alternativa, a não ser o apego desastroso a mundo não mais existente.

A disposição demonstrada pelo mandatário, a fim de não deixar dúvidas do seu empenho em aplicar o receituário, revelou-se em todas as suas consequências na repressão à greve dos petroleiros de maio de 1995: assim como Margareth Thatcher na repressão à greve dos mineiros em 1984, tratava-se acima de tudo, para o governo recém-empossado, de uma prova de força de sua capacidade política de implementar, custasse o que custasse, o programa do capital. No cenário intelectual, o impacto não poderia ser mais devastador. Oriundo da esquerda intelectual, e então presidente graças à aliança entre grande capital e conservadorismo (e fisiologismo) político, Cardoso mimetizava, na sua própria trajetória, o declínio do marxismo e dos fundamentos da crítica dialética que agora se verificava. O engajamento agora era outro, como o revelavam a alta presença de intelectuais no primeiro escalão dos governos de FHC, alguns dos quais ex-membros do “Seminário d’*O Capital*” e/ou do CEBRAP.

É nesse contexto, ainda no início dos 1990, que Roberto Schwarz se deparou com o “livro audacioso”, como ele diria, do crítico alemão Robert Kurz, *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, publicado em 1991 na Alemanha e, no ano seguinte, no Brasil, pela *Companhia das Letras*. Schwarz leu o livro em alemão, e escreveu para a *Folha de São Paulo* (depois publicado como prefácio à tradução brasileira), em maio de 1992, um texto resenhando o ensaio, por ele saudado como “inteligente e incisivo [...], que arrisca uma leitura inesperados dos fatos”, isto é, da derrocada dos países socialistas do leste europeu. Para Kurz, conforme o interpreta Schwarz, “a mencionada *débâcle* representaria, nada menos e pelo contrário, o início da crise do próprio sistema capitalista, bem como a confirmação do argumento básico de *O Capital*” (1999, p.182).

Ao mesmo tempo em que confirmava certo pessimismo adorniano quanto ao destino do progresso capitalista contemporâneo, atualizando-o, o livro de Kurz sinalizava, para Schwarz, a possibilidade de uma *crítica* radical (no sentido etimológico do termo) do sistema estabelecido, entendendo-o nas suas articulações complexas, das quais não escapavam os países socialistas – eles também, assim como os do chamado Terceiro Mundo, compreendidos como partes do sistema mundial de produção de mercadorias, de sorte que a quebra daqueles “explicita tendências e impasses deste” (p.183). Estes países constituem um capítulo do “colapso da modernização”: a nova produtividade, derivada da integração crescente entre investigação científica e processo produtivo, seria a eles financeiramente inalcançável, abrindo-se a época das “sociedades pós-catástrofe, onde o desmoronamento dá a tônica” (Schwarz, 1999, p.185). Na mesma perspectiva, as novas forças produtivas são incapazes de absorver o conjunto dos “sujeitos monetários desprovidos de dinheiro”, como diz o crítico alemão, gerando um decrescimento em termos absolutos da classe trabalhadora, que deixa assim de estar em posição de propor a superação do sistema entretanto em crise. Por isso, se, para Kurz (e Schwarz), o “Marx do fetichismo” permanece mais atual do que nunca, o mesmo não poderia ser dito do “Marx da luta de classes”.

Aplicado ao plano nacional, diagnóstico semelhante foi apresentado por Schwarz na conferência “Fim de século”, ministrada na Universidade de Yale, em 1994, e depois compilada em *Sequências brasileiras* (1999). No texto, o crítico passa em revista a história recente do país a fim de demarcar o esgotamento de um ciclo (o ciclo nacional-desenvolvimentista) que feneceu sem que as esperanças a ele vinculadas tenham se realizado, ao menos não na forma imaginada. Com a modernização e o desenvolvimento transformando-se em bandeiras do próprio regime militar – que, portanto, as realizava sem ruptura com o “atraso”, com o imperialismo e sem integração social, como esperavam os nacional-desenvolvimentistas -, a nova etapa que então se abria se caracterizava, segundo Schwarz, acima de tudo, pelo impasse em relação a qualquer saída nacional possível para o país, como se o futuro já fosse o presente, encurtando de vez o nosso “horizonte de expectativas”. Nos anos 1980, finalmente, argumenta Schwarz, após os choques do petróleo, a crise da

dívida e a nova (“terceira”) revolução industrial que avançava a passos largos, “ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia dinheiro” (1999, p.158).

Embalada no “colapso da modernização” diagnosticado por Kurz, a dinâmica daí resultante é a da “desagregação”, jogando por terra as esperanças (e ilusões) de outrora. De uma vez por todas, nos países de industrialização retardatário como o Brasil, “o mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação já não convence. E se parte de modernização que nos tocou for esta mesma dissociação agora em curso, fora e dentro de nós?” (Schwarz, 1999, p.162). Essa situação altera a relação entre países centrais e países periféricos, deslocando os termos em que se apresenta a problemática nacional, uma vez que, no limite, a desintegração em curso não constitui propriamente uma “questão nacional, e sim um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso e ao capitalismo” (p.160).

A desintegração dos países “atrasados” sinaliza, assim, um momento de verdade do capitalismo contemporâneo como um todo, de tal modo que a tarefa não é a de simplesmente abandonar as “ilusões nacionais”, mas sim a de submetê-las à crítica como expressão de um processo mais geral do qual nem mesmo os países “avançados” estão a salvo, razão pela qual estes já não mais constituem em modelo a ser imitado. Se, à diferença do que postulam as teorizações pós-estruturalistas, a hierarquia entre países do centro e da periferia do capitalismo segue tão vigente quanto antes, para infelicidade dos últimos, os primeiros não mais se constituem como modelos infalíveis aos segundos, sendo atingidos, ao contrário, ainda que em menor dimensão, por fenômenos antes restritos às sociedades “atrasadas”.

Foi por meio desta leitura que Roberto Schwarz serviu de inspiração, a partir do final dos anos 1990, a Francisco de Oliveira e aos demais pesquisadores alojados no *Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania* (CENEDIC-USP), imbuídos da tarefa de pensar a era do *desmanche* que se anunciava. Há quem atribua a Schwarz parte da responsabilidade pela suposta

adesão dos membros do CENEDIC a uma negatividade abstrata, entre cujas consequências estria o abandono da política e a “demissão da crítica”. Assim, para José Szwako (2009), em texto publicado em 2009, a entrada em cena de Schwarz como referência intelectual, e de Laymert Garcia dos Santos como pesquisador do grupo, sinalizaria a inflexão decisiva do CENEDIC em relação aos preceitos de sua origem, então voltados para a valorização do caráter politicamente democrático dos novos movimentos sociais, na luta pela ampliação dos “direitos da cidadania”, como indica o nome do centro.

Se até meados dos anos 1990 tais intelectuais destacavam as potencialidades dos novos movimentos sociais no âmbito de uma concepção ampliada de política (enquanto “campo de práticas legítimas de invenção, conflito e negociação”), em oposição à “cautela metodológica” e à restrição da política à esfera institucional, tal como defendia parcela considerável das ciências sociais da época, a partir do final da década a “constatação empírica” da não-realização desta aposta levou-os, segundo Szwako, a uma mudança político-normativa de grande monta, “invertendo os sinais” do debate inicial: da esperança no potencial democratizante dos novos movimentos sociais se chega, então, à “perplexidade” de uma aposta que, exatamente porque não se concretizou da forma esperada, acabaria cedendo aos encantos de uma “concepção negativa de política”. É nesse cenário que Schwarz se torna interlocutor direto de Oliveira e do CENEDIC.

De fato, como o reconhece o próprio Francisco de Oliveira, Schwarz – e, em particular, o ensaio “Fim de século” – exerceu influência significativa no CENEDIC exatamente no momento de elaboração do polêmico ensaio “O ornitorrinco”. Na época, nas palavras de Oliveira, o CENEDIC “o tomou [o ensaio “Fim de século”] como ponto de fuga de nosso projeto de pesquisa junto à Fapesp”, projeto cujo objetivo inicial era, segundo Oliveira “reconhecer, no mesmo andamento, os pontos de negação/superação da ordem anterior ao neoliberalismo e a insuficiência dos paradigmas sociológicos para interpretá-los”. Intitulado “Cidadania e democracia: o pensamento nas rupturas da política”, tendo como pesquisadora responsável Maria Célia Paoli, e como pesquisadores principais Francisco de Oliveira e Laymert Garcia dos Santos, a pesquisa se guiaria, como se pode ler no resumo do projeto, pela tentativa de

“[...] esclarecer o processo de mudança atual como uma profunda crise do contrato anterior entre Estado e sociedade, e as possibilidades de intervenção em seus rumos. Para enfrentar a questão, a proposta caminha através de três noções que organizam as diferentes interrogações que a constituem: o *desmanche* da ordem jurídico-política e de sua eficácia regulatória, o deslocamento da capacitação civil e política de uma sociedade civil emergente no país nos últimos vinte anos e os efeitos *desagregadores* advindos da associação do capital globalizado com as novas tecnologias sobre as referências simbólicas e históricas da sociabilidade. Ao mesmo tempo, pensamos que é possível encontrar, no meio desta *catástrofe real ou imaginada*, novos espaços nos quais se esboçam uma renovada noção de vida pública e política” (grifos nossos).

Entre sociologia e modernização: os limites do Seminário d’O *Capital*

Não é difícil entender, assim, os reparos *post-factum*, mais precisamente em 1994, que Schwarz faria ao “Seminário d’O *Capital*” e aos colegas seminaristas, apontando o déficit de negatividade como um dos seus problemas fundamentais, déficit que talvez lhes tenha permitido mais tarde, a alguns deles, passar da positividade “modernizadora” dos anos 1960 à aceitação conformista da positividade neoliberal, em razão alegada de falta de alternativa¹. Nas páginas finais da sua conferência, depois tornada ensaio, “Um seminário de Marx” [1994], Schwarz atribui ao desinteresse pela crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria e, em consequência, pela crítica dos frankfurtianos ao “lado degradante da mercantilização e industrialização da cultura”, o principal ponto cego da experiência no mais exitosa do “Seminário d’O *Capital*” (Schwarz, 1999, p.104).

Em correspondência ao ciclo nacional-desenvolvimentista, “o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar na direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que o capitalismo criou e de que aqueles impasses faziam parte” (1999, p.104). Também para os “seminaristas”, ainda que contribuíssem para a crítica às

¹ Vejam-se, a respeito, as palavras reveladoras de Gianotti, já nos anos 2000, sobre o seminário e seus desdobramentos futuros: “Nosso problema era a modernidade: como transformar este país provinciano num país moderno. E de certo modo esse projeto foi realizado, porque uma boa parte do país é moderno” (Gianotti, 2009, p.56).

“ilusões de uma concepção linear do progresso”, a questão decisiva era a superação “modernizadora” do atraso, para o que era necessário identificar os “obstáculos” (como diria Florestan Fernandes) à emergência de uma ordem social moderna no país, engajados que estavam em encontrar solução para o país, “*pois o Brasil [tinha] que ter saída*” (Schwarz, 1999, p.94, 104 – grifos do original). Como diz Gianotti (2009, p.55), presumivelmente o mais apartado entre eles em relação às questões políticas e econômicas, “o problema” – para os seminaristas – “era pensar o Brasil, o que estava acontecendo no país, como seria possível engatar o desenvolvimento”.

Nesse contexto, a análise da lógica da mercadoria na “produção e normalização da barbárie pouco entrava em linha de conta e ficou como o bloco menos oportuno da obra de Marx” (p.104). Se assim não fosse, eles teriam compreendido o subdesenvolvimento não apenas como consequência de relação subordinada aos países desenvolvidos, senão também como momento específico de um sistema global cuja lógica da mercadoria se encontra na base da “produção e normalização da barbárie” - tarefa que, se bem realizada, teria “alcance histórico-mundial, capaz de sustentar, suponhamos, algo como as *Minima moralia* referentes ao que é sem dúvida uma das feições-chave do destino contemporâneo” (Schwarz, 1999, p.104)².

A este desprezo pela dimensão cultural, em especial pelo seu “lado degradante”, Schwarz acrescenta como limite da experiência do “Seminário” certa indiferença em relação ao “valor de conhecimento da arte moderna, incluída a brasileira”, indiferença entre cujas consequências estaria a falta de preocupação com “acabamento literário” das obras dos seus membros - no que apenas seguiam, a este respeito, o exemplo “científico” de Florestan Fernandes, que escrevia em ruptura deliberada com a “linguagem corrente”, ao ponto de seus textos se tornarem “desnecessariamente inacessíveis” (Cf. Schwarz, 1999, p.104 e 2009, p.231).

² Comentando – e defendendo – a ausência dos frankfurtianos no Seminário, Gianotti questiona de modo retórico: “Roberto Schwarz não comete um anacronismo quando aponta nosso desinteresse por aqueles autores?”. Em grande medida, sim, se poderia acrescentar, mas o anacronismo é revelador, em todo caso, não apenas da posição “adorniana” de Schwarz a partir dos anos 1990, senão também de algo do próprio crítico na sua juventude, cujo mal-estar ainda não lograra dizer seu nome.

É isso o que explicaria, para Schwarz, a inegável inferioridade dos trabalhos ali produzidos, enquanto *obras* (malgrado a maneira original de interpretar o Brasil que professavam), em relação aos “clássicos” do pensamento social e político brasileiro como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freyre, ou seja, exatamente os ensaístas pré-institucionalização das ciências sociais com os quais Florestan almejava romper, a fim de estabelecer as condições para a profissionalização científica da disciplina - numa ruptura que se fazia tanto mais necessária para a edificação autônoma da identidade da sociologia em razão da continuidade temática entre as duas formas de pensar o país (Cf. Ortiz, 1990, p.166), à diferença, por exemplo, da situação argentina, na qual a passagem do ensaísmo para a sociologia científica implicou, além da mudança de padrão intelectual, uma nítida transformação temática (Blanco & Jackson, 2014, p.57).

Crítica, negatividade e “autoconsciência dialética”

Em sua trajetória intelectual, como se pôde perceber, Schwarz buscou ele mesmo escapar ao que via como impasses da – no mais – original reflexão social sobre o Brasil gestada pelos discípulos de Florestan partícipes do “seminário d’O *Capital*”, imbuídos de um marxismo rigoroso e não-doutrinário. Em alguma medida, a transição para a crítica literária/cultural, a qual lhe permitia adotar o “ensaio como forma”, significava para Schwarz uma maneira de superar os limites “sociologistas”, por assim dizer, de Florestan e dos seus discípulos membros do “seminário d’O *Capital*”, elaborando - sob inspiração de Candido, mas com uma tonalidade particular, marxista-adorniana – uma perspectiva singular por meio da qual repensou a influência dos estudos da vertente marxista da “escola paulista de sociologia”, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso. Ao mesmo tempo, cimentou um caminho por onde lograria, na contramão do “desprezo” acadêmico de seus mestres, tornar-se um dos mais finos observadores críticos das vitalidades e dos limites da arte e da cultura “modernas” no Brasil.

Assim, a opção pela “crítica”, entendendo-a na sua feição dialética, resultava da busca por outra forma de revelação da realidade social, interessada

não apenas no ato cognitivo em si, senão também na maneira específica em que este é “comunicado”, isto é, escrito, como o demonstraria sua redação repleta de “torções” dialéticas (Cf. Sussekind, 1988). Como escreve Adorno, “a serena flexibilidade do raciocínio do ensaísta obriga-o a uma intensidade maior que a do pensamento discursivo, porque o ensaio não procede cega e automaticamente como este, mas sim precisa a todo instante refletir sobre si mesmo”. Por isso, “essa relação não abrange apenas a sua relação com o pensamento estabelecido, mas igualmente também sua relação com a retórica e a comunicação” (Adorno, 2003, p.44). A “não-identidade” entre a exposição e a coisa mesma impõe à primeira “um esforço sem limites” (p.37).

Trata-se, assim, de um “pensamento ao quadrado”, conforme a designação de Fredric Jameson (1985, p.41), isto é, “um pensamento sobre o próprio pensar, no qual a mente deve ocupar-se de seu próprio processo de pensamento tanto quanto do material sobre o qual opera, no qual tanto o conteúdo particular envolvido como estilo de pensar adequado a este conteúdo devem ser mantidos juntos na mente ao mesmo tempo”. Por ser “ao quadrado”, esta crítica intenta manter a todo momento um nível de “autoconsciência”. Nas palavras de Jameson (1985, p.260):

“Na sua própria estrutura, o pensamento dialético é autoconsciência, podendo ser descrito como a tentativa de pensar sobre um dado objeto, em um nível, e simultaneamente observar nossos próprios processos de pensamento quando assim o fazemos: ou, para usarmos uma linguagem mais científica, avaliar a posição do observador no próprio experimento”.

Da periferia para o centro: a atualização da teoria crítica à brasileira

Em vários dos seus ensaios recentes, Schwarz elevou a novo patamar um tema que desde há muito estava presente na sua trajetória: a atualidade global do ponto de vista da periferia, como se em função do descompasso aqui presente as ideias adquirissem potência de revelação (Cevasco, 2007, p.20), possibilitando questionar o que é dado como pressuposto no centro do sistema (Ricupero, 2013, p.530). Já em “As ideias fora do lugar”, o crítico sugeria que, a despeito do rebaixamento da vida ideológica no século XIX, o “sistema de

improbidades” nela vigente “facilitava o ceticismo em face das ideologias”, diminuindo, assim, a sua capacidade de convencimento (Schwarz, 2000, p.26). Em entrevista de 1979 publicada na revista *Civilização Brasileira*, por sua vez, Schwarz confere à questão uma dimensão atualizadora, vinculada às transformações recentes do capitalismo. Nesse contexto, sustenta Schwarz, a atualidade da periferia liga-se

“ao fato de que, de alguma maneira, o Brasil está se tornando hoje um país de vanguarda. Algumas das soluções que estão sendo encontradas no Brasil - provavelmente, justamente as mais desagradáveis - devem ser soluções de vanguarda no mundo contemporâneo, de vanguarda no sentido dos rumos do capitalismo, claro. A partir daí, por mil canais - essa é uma coisa muito impalpável, muito difícil de explicar bem - de repente os intelectuais começam a se sentir com forças suficientes para pensar o mundo contemporâneo a partir da problemática que se estabelece localmente, em vez de pensar a problemática local à luz do que está se desenvolvendo nos polos mais em evidência da luta ideológica. Isso provavelmente está se passando no Brasil. Há um ensaio de Celso Furtado sobre a crise do capitalismo contemporâneo³. Eu não sou especialista para julgar se o ensaio está certo ou não. Mas que eu saiba, é a primeira vez que um brasileiro, a partir de sua experiência teórica sobre um país subdesenvolvido, tenta refletir sobre a crise do mundo contemporâneo. É realmente uma inversão. Creio que é uma espécie de ato de maioria intelectual”.

Mas, se, fiel à negatividade adorniana (e machadiana), e forjando sua experiência político-intelectual em meio ao início desse processo de desagregação, Roberto Schwarz jamais alimentou muitas ilusões quanto às virtudes (para a esquerda) emancipatórias vinculadas à radicalização do ciclo nacional-desenvolvimentista - sem, ao mesmo tempo, desmerecer suas potencialidades -, seria a partir do início dos anos 1990, após a descoberta do livro de Robert Kurz e da emergência do neoliberalismo, que essa visão crítica da modernização iria se desdobrar numa análise que, desde a periferia,

³ Muito provavelmente Schwarz estava ao livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978), em que o economista de origem paraibana arrisca críticas não apenas à condição periférica, senão também à civilização moderna-industrial como um todo, não hesitando até mesmo em citar figuras como Nietzsche e Marcuse, algo bastante singular (se não paradoxal) em se tratando de quem é.

transformar-se-ia em uma crítica da própria modernidade capitalista realmente existente como um todo. Mais do que nunca o *ponto de vista* da periferia, elaborado sob os escombros do desenvolvimento desigual e mal-combinado do capitalismo, estaria em condições de forjar uma perspectiva dotada de potencialidade “universal”, dada o nível de articulação e entrelaçamento do sistema.

A dimensão “nacional” se torna, assim, agora de modo decididamente “negativo”, um aspecto revelador de uma “era do desmanche” que é global. Nesse contexto, a “*Minima Moralia* do subdesenvolvimento” (Cf. Arantes, 1992, p.97) – com sua “dialética *sui generis* da Ilustração” - constitui o capítulo decisivo da *Minima Moralia* global contemporânea. É nesse sentido que se pode falar em “*nacional por negação*”: mais do que nunca a questão nacional, sendo *ainda* indescartável, se revela na sua faceta propriamente “negativa”, sem possibilidade de final feliz nos seus próprios termos e, por isso, como expressão particular e sintomática de um desastre mais geral. Sem ser mais um horizonte positivo de emancipação, tal como por exemplo interlúdio entre 1962-64, a nação se define então pela negativa, abrindo – apesar dos pesares – um novo flanco crítico de alcance global.

Não por acaso, quando questionado em entrevista de 2004 sobre “em que se concentra o seu trabalho hoje?”, Schwarz (in: 2012, p.302) tenha respondido - deixando entrever ao mesmo tempo a dificuldade da empreitada: “Gostaria de tirar algumas consequências do que já fiz, especialmente à luz do que aconteceu depois”. Ora, foi exatamente isso o que o crítico tentou fazer, por exemplo, em artigo publicado em 2006, na *Novos Estudos Cebrap*, intitulado “Leituras em competição”, em que ele rediscute os desdobramentos na análise de Machado do novo lugar do “nacional” no contexto da mundialização do capital. Analisando os impactos da recente “canonização” internacional de Machado de Assis, Roberto Schwarz reafirmou a marca eminentemente nacional do escritor brasileiro, não para restringi-lo aos limites do país, mas sim para destacar a sua capacidade de, a partir da filiação a uma experiência local, constituir uma obra de grandeza “universal”. “Foi no ambiente saturado de injustiças nacionais e de história que o achado universalista adquiriu a densidade e o impulso emancipatório indispensáveis a uma ideia forte de crítica” (Schwarz, 2006, p.72).

Ao contrário das leituras internacionais contemporâneas, para as quais Machado seria um “escritor plantado na tradição do Ocidente, e não em seu país” (2006, p.67), como se no Brasil ele próprio fosse alguém “fora do lugar”, Schwarz sustenta que um escritor como Machado só poderia existir, com a grandeza que lhe é peculiar, em um país da periferia do capitalismo como o Brasil - o mesmo se poderia dizer, *mutatis mutandis*, do próprio Roberto Schwarz. Esta a pequena “vantagem do atraso”, intelectual e simbólica, que Machado aproveitou como poucos, e que, mais tarde, serviu – como o testemunha a obra de Schwarz - de propedêutica para antecipar algumas das tendências do capitalismo contemporâneo, quando a fratura social, bem como o vai-e-vem entre ordem e desordem, norma e exceção, não constituem mais privilégios da periferia (Cf. Querido, 2013, 2015).

Bibliografia

ADORNO, Theodor. “O ensaio como forma”. In: *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.

ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BLANCO, Alejandro & JACKSON, Luiz C. *Sociologia no espelho. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

GIANOTTI, J.A. “Entrevista”. In: Paula Monteiro & Flávio Moura (orgs.). *Retrato de Grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. “Recepções de Marx”, in: *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, 1998.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma. Teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. “Um crítico na periferia do capitalismo”. In: Cevasco, M. E. & Ohata, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.149-152.

ORTIZ, Renato. “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.27, 1990.

QUERIDO, Fabio Mascaro. “Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.97, pp.227-233, nov.2013.

_____. “Entre crítica literária e pensamento social: Roberto Schwarz e a modernidade à brasileira”. *39º Encontro Anual da ANPOCS (GT – Pensamento Social no Brasil)*, Caxambu-MG, 2015.

SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.155-162.

_____. “O livro audacioso de Robert Kurz”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.182-188.

_____. “Um seminário de Marx”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.86-105.

_____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000 [1977].

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000 [1990].

_____. “Leituras em competição”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.75, 2006, pp.61-79.

_____. “Entrevista”. In: Paula Monteiro & Flávio Moura (orgs.). *Retrato de Grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SUSSEKIND, Flora. “Ou não? – Reflexões parciais sobre a crítica de Davi Arrigucci e Roberto Schwarz”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.20, 1988, pp.96-109.

SZWAKO, José. “Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do cenedic”. In: *Lua Nova*, n.78, 2009, pp.251-303.